

AUDIÊNCIA PÚBLICA 21JUN2011

Pauta: Debater o direito à moradia na comunidade do bairro Jardim Passo das Pedras.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): (19h40min). Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. Senhoras e senhores, boa-noite. Passamos à leitura do Edital (Lê.): “Alteração da data da realização da Audiência Pública com o objetivo de debater sobre questões pertinentes à reintegração de posse dos moradores do Bairro Jardim Passo das Pedras. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica, à comunidade porto-alegrense, que a Audiência Pública, cuja realização estava prevista para o dia 02 de junho de 2011, às 19 horas, na sede da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Passo das Pedras (AMAPP), sito à Rua Ana Aurora do Amaral Lisboa, nº 209, com o objetivo de debater o direito à moradia na comunidade do Bairro Jardim Passo das Pedras, foi transferida para o dia 21 de junho de 2011, às 19h, no local supracitado. Gabinete da Presidência, 31 de maio de 2011, Vereadora Sofia Cavedon, Presidente”.

Convidamos para compor à Mesa desta Audiência: a Sra. Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; a Sra. Vera Maria Correa Barreto, Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Passo das Pedras; o Sr. Laudelino Borges Moralles, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Moradores do Jardim Passo das Pedras; o Sr. Marcos Botelho, Secretário Municipal Adjunto de Coordenação Política e Governança Local; a Sra. Maria Horácia Ribeiro, representante do Departamento Municipal de Habitação; a Sra. Cândida Silveira Saibert, representante da Procuradoria-Geral do Município; o Sr. Eduardo Solari, pelo Movimento Autônomo Utopia e Luta e a Sra. Maria Eloá Gehlen, sua representante Jurídica e Advogada; a Sra. Lilian Maria de Souza Pereira, representante da Comissão dos Moradores do Jardim Passo das Pedras. Prestigiam esta audiência pública os vereadores Mauro Pinheiro, Dr. Raul Torelly, Paulinho Rubem Berta, Waldir Canal, Fernanda Melchionna e Maria Celeste.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa-noite a todos e a todas. Quero pedir para os cinco Vereadores que não estão na Mesa, por favor, para virem aqui e ficarem de pé para uma foto oficial desta Mesa maravilhosa e para dar um respaldo político para esta comunidade.

Atrás aqui, todos de pé, bem bonitos. Paulinho Rubem Berta também está chegando, Luciano Marcantônio também... Não são só cinco Vereadores, não, têm bem mais. O Ver. Emerson, do PSOL, Vereador Suplente. Nós queremos que a Comunidade veja que a Câmara, em quase todos os seus Partidos, está aqui unida em defesa da comunidade. Essa foto vai ser a foto oficial da vitória. (Pausa para fotografia.)

Obrigada, gente! Obrigada aos Vereadores, que bacana essa presença. Eu vou pedir uma salva de palmas para o meu povo, com a presença dos Vereadores. (Palmas.)

A dinâmica da audiência pública é a seguinte: quem solicitou audiência vai fazer a fala inicial. No ano passado, a Câmara recebeu a comissão da comunidade, na Comissão de Habitação, a CUTHAB.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Sra. Presidente, eu queria só registrar a presença do Sr. Luiz Carlos Bichinho, também representante do DMAE.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Então a Câmara já foi instada a colaborar e a participar do processo de vocês desde o ano passado. Quero, inclusive, registrar aqui que o Ver. Comassetto, que no ano passado era Presidente da CUTHAB e este ano é Vice-Presidente, não está aqui, neste momento, porque está representando a Casa num debate sobre ciência e tecnologia.

Se não houver muita conversa aqui, seremos mais objetivos e vamos nos entender melhor.

O Elias Vidal era Presidente no ano passado, a Comissão recebeu o caso, acabou encaminhando, possivelmente, ao Governo, mas não houve retorno. Neste ano, a comunidade voltou à Câmara. Nós já tivemos duas reuniões com o Governo, sabemos que ainda não temos respostas objetivas. Já organizamos uma reunião com o Ministério Público. Ainda, quando vinha para cá, liguei para o Dr. Luciano Brasil, que recebeu a Comissão, foi numa hora de Sessão que não pude sair, mas a Ver.^a Maria Celeste acompanhou. O Dr. Luciano Brasil não vem por ter outro compromisso, mas diz que o Ministério Público já solicitou cópia de todo o processo de reintegração de posse, cópia dos cartórios para saber quem são os possíveis proprietários que estão reivindicando. Já instou o Governo para levantar os dados da região. Então, há um Processo em

andamento no Ministério Público, e o Dr. Luciano Brasil me disse que fará uma Audiência do Ministério Público com a Câmara, nos próximos dias, chamando todos os envolvidos para dar sequência ao Processo. Então, a ida da Comissão à Câmara também gerou esses movimentos.

Na Audiência Pública, o que vamos fazer? Verificar em que pé estamos. A gente agradece a presença das várias representações do Governo, é muito importante que estejam aqui. E nós vamos agora, então, combinar o seguinte: vamos nos interar do que está acontecendo. Acho que a comunidade levanta, rapidamente, o tema sobre os movimentos que fez. Aqui talvez haja três falas iniciais da comunidade, e aí o Governo dará informações sobre em que pé está o problema em cada uma das Secretarias. E, ao mesmo tempo, vocês já podem fazer inscrições para intervenções da comunidade, aqui com a Valeska, com a Diretoria Legislativa. A partir da fala dos componentes da Mesa, ocorrerão outros questionamentos, sugestões e dúvidas que a comunidade queira, individualmente, colocar.

A partir de agora, vocês já podem proceder às inscrições, e nós vamos trabalhando aqui. Como três pessoas da comunidade falarão, nós vamos trabalhar com 7 minutos para cada um, que serão 21 minutos para a comunidade abrir o tema. Pode ser? Quem quiser falar, da comunidade, peço que levante a mão.

Como estamos numa Audiência Pública oficial da Câmara, estamos gravando, as taquígrafas estão anotando, será tudo gravado. Todos têm que dizer o nome completo, porque ficará gravado. Vai ser um documento para todas essas frentes que nós já abrimos em relação à situação de vocês.

A Sra. Maria Eloá Gehlen está com a palavra.

A SRA. MARIA ELOÁ GEHLEN: Boa-noite a todos e a todas, eu sou advogada da comunidade Utopia e Luta, e nós fomos procurados por um grupo de mulheres aqui do Passo das Pedras, que é a Lilian, a Márcia, e a Cleninha, que nos relataram que estavam com dúvidas e muita angústia sobre a situação. Elas me trouxeram os vários processos que existem, são vários processos jurídicos. Aí a gente se debruçou para ler os processos. Eu fui procurar a Defensoria Pública, na pessoa do Dr. Felipe, porque é a Defensoria Pública que está atuando nos processos; há um advogado no escritório particular com o qual fui falar; e fui falar também com o Dr. Jacques Alfonsin, que é

especialista em regularização fundiária, para a gente ver, juridicamente, quais são os passos que a gente pode tomar e ver em que pé está a situação jurídica. Está, pessoal? Inicialmente, houve uma Ação de Despejo, feita por um espólio que perdeu essa Ação de Despejo, porque eles alegavam que era uma locação verbal, e poucas famílias foram citadas para essa Ação de Despejo. Certo? Então é uma Ação de Despejo bem antiga. Há também ações individuais de usucapião. Dois moradores ganharam a Ação de Usucapião e registraram no registro de imóveis. As outras ações de Usucapião estão em andamento, mas o prognóstico é que não seja favorável. A Juíza, assim, informalmente, já disse que como ela já sentenciou a Reintegração de Posse, ela vai dar negativa nas ações de Usucapião. Também há uma Ação de Extinção de Condomínio, que são os vários condôminos brigando entre si, os espólios. Essa Ação de Extinção de Condomínio...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O pessoal sabe o que é espólio?

A SRA. MARIA ELOÁ GEHLEN: São os herdeiros. Os vários herdeiros estão brigando por isto aqui. A Ação de Extinção de Condomínio, de haver tudo em comum, foi anulada e vai voltar para a citação inicial, porque uma das partes alegou que não foi citada devidamente. Certo?

A Reintegração de Posse já teve sentença desfavorável aos moradores, foi para o Tribunal de Justiça, que também deu decisão desfavorável aos moradores, no seguinte sentido: o Tribunal de Justiça não entendeu que aqui se trata de direitos coletivos, certo? Eles trataram como se fosse direito individual, nove pessoas tinham comodato, então eles julgaram 140 por 9. Certo? Agora, entrou um Recurso Especial e um Recurso Extraordinário da Defensoria Pública, para ir a Brasília. Foi negado esse recurso. Houve um ingresso de Agravo de Instrumento, um outro recurso para poder dar continuidade. A questão jurídica, parece-me, está bastante ruim, confusa, é uma babel jurídica de processos. Não se tem um prognóstico bom. Acredito que, juridicamente, eu não posso mentir para as pessoas que vai haver uma decisão favorável, certo? O prognóstico é de 1% de chance de os moradores saírem vitoriosos, essa é a questão jurídica. Agradeço muito, obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Sei que alguns não querem aplaudir porque as notícias não são muito boas, mas a Dra. Maria Eloá está se dedicando muito para decifrar esse imbróglio jurídico, isso temos que louvar. Registro a chegada dos Vereadores Waldir Canal e Nelcir Tessaro. Obrigada pela presença.

A SRA. MARIA ELOÁ GEHLEN: Só um minuto, pessoal, eu esqueci de relatar que estive em duas reuniões com a Governança Municipal, em que ficou acertado que hoje a Prefeitura apresentaria o quanto de IPTU os espólios devem. Os herdeiros estão pagando o IPTU? O IPTU está em dia? A Prefeitura ficou de trazer essa resposta.

Outra pergunta: quando a FASC vai fazer o cadastramento das famílias? Deveria ter sido feito dia 18, mas houve uma confusão de agendas e tal, então pergunto em que dia a FASC vai vir aqui para fazer o cadastramento? É muito importante esse cadastramento.

Existe aqui uma área gravada pelo Município para equipamentos públicos como praça e escola? A Secretaria do Planejamento Municipal ficou de dar essa resposta.

Outra questão: existe aqui também uma Área de Preservação Permanente, sim ou não? Ficaram de trazer as respostas. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Maria Eloá.

A Sra. Lilian Maria de Souza Pereira, representante de uma comissão de moradores, está com a palavra.

A SRA. LILIAN MARIA DE SOUZA PEREIRA: Faço parte da comissão de moradores. O meu relato é breve. Eu gostaria de dizer a vocês que estou muito frustrada, muito desgostosa, porque viemos, há dois anos, caminhando, e não temos expectativa nenhuma. Vou fazer um relato breve do que eu apurei. Por que o nosso bairro se chama Passo das Pedras? Passo, porque era um bairro de passagem, de ambulantes, com mato e banhado. Quem foi trazido para o Passo das Pedras? Foram trazidas famílias que eram a escória de Porto Alegre, não valiam nada para Porto Alegre, eram pobres, miseráveis e foram jogados aqui, vieram morar aqui. Quem procurar, vai ver que essa é a verdade do Passo das Pedras.

Hoje, o Passo das Pedras está urbanizado com água, luz, esgoto e calçamento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LILIAN MARIA DE SOUZA PEREIRA: Olha, na minha rua, ali para baixo, os que lutaram têm, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, por favor, há inscrições...

A SRA. LILIAN MARIA DE SOUZA PEREIRA: Na área que estou falando.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Há inscrições para os moradores, podem se inscrever. Não, o senhor vai respeitar a fala e depois será ouvido; pode se inscrever.

A SRA. LILIAN MARIA DE SOUZA PEREIRA: Em várias reuniões que fizemos, a Prefeitura de Porto Alegre tem nos dado duas opções, pelo que estou vendo: uma delas é baixar a cabeça e sair da área, e a outra é negociar. Há uma terceira, que acho que é batalhar, espernear e ir à luta, porque o que a Prefeitura tem nos sugerido é isso. Outra coisa: fico muito triste porque, nesses dois anos em que venho caminhando, muitos, na Governança, na Prefeitura, nos disseram que não podiam fazer nada, porque somos uma área particular. Eu respondi a eles que, quando é época de eleição, eles vêm aqui pedir o nosso voto. Então, nós só valemos para a Prefeitura em época de eleição. Em 2012 vai haver eleição. Esses mesmos que nos disseram que a nossa área é particular e que nada podem fazer por nós, em 2012, vão estar aqui para pedir o voto de vocês, e eu espero que vocês repensem bem sobre quem está na Prefeitura hoje e sobre o que eles têm nos dado de respaldo, pessoal. É só isso, porque estou muito triste. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Complementa a fala da representação da comunidade, o Sr. Eduardo Solari.

O SR. EDUARDO SOLARI: Sou o coordenador da Cooperativa Solidária Utopia e Luta – Coopsul. Estamos aqui presentes, faz um tempo, por solicitação da comissão de (Ininteligível.), que procurou o Movimento para estabelecer uma relação, um apoio, a partir desse conflito está gerado aqui. Nós, dando sequência a isso, queremos... Não

vamos entrar em áreas técnicas, porque temos uma equipe de advogados, temos companheiras e companheiros que estão trabalhando na comissão; viemos para dar um apoio e, além disso, dizer que isso que está acontecendo aqui não é um ato isolado, não é uma situação isolada em Porto Alegre. Ocorre em todas as áreas irregulares, historicamente, porque isso é uma injustiça histórica. Faz 30 anos que vocês estão em cima dessa terra. Em todos os Governos que passaram, todos os interesses e todas as situações, durante 30 anos, jamais houve intenção de regularizar essa área. Vocês são pessoas, estou vendo, homens e mulheres idosos, que nasceram lá, suas filhas, seus filhos, seus netos, e qual foi o interesse do Governo para regularizar essa área? E agora, que vocês têm constituído seu bairro, sua cultura, sua história de vida, coloca-se uma situação de despejo ou de negociação, que vai ser transitória, um despejo econômico, de legitimar o despejo econômico depois! Porque, se abre uma área de negociação para que vocês possam financiar essa terra, eu quero saber quantos de vocês vão poder pagar esse financiamento? A partir do momento em que esse financiamento, essa dívida for legitimada, vai haver um despejo indireto, e a metade das famílias vai ter que abandonar essa terra, porque não vai poder pagar isso. Então, não vamos nos enganar! Quando aqui se fala que há intenção de despejar, é impossível, seria genocídio, tipo do que está acontecendo na Turquia ou em outros países, passar 200 patrulas por cima de bairros e prédios e despejar todo mundo, e até matá-los. É impossível aqui em Porto Alegre, no Brasil! O que estão procurando os interesses imobiliários é tratar de cercá-los, deixá-los sem possibilidades de ter esse direito adquirido há 30 anos. Essa terra é de vocês, há 30 anos estão aí, são direitos humanos, são direitos adquiridos. Vocês têm que lutar por isso, na Justiça, entre aspas, nos Governos. E, neste caso, estamos falando de uma injustiça histórica, em 30 anos passaram muitos governos. Podemos criar um histórico em toda Porto Alegre de casos semelhantes e piores do que este. Só que, nesses últimos tempos, há um abandono das comunidades. Nós caminhamos, nós viemos aqui em Porto Alegre, e o povo vai quando você quiser. Famílias inteiras tomando água de esgoto, sequer pode-se levar água potável para cima do morro. Tomando água de esgoto! Como vimos no Morro da Polícia, um descaso, em que 150, 180 crianças, a dez quadras do posto de saúde, não são atendidas neste posto; e, estando a quinze quadras de uma escola, os mandam para uma escola a cinco quilômetros. Esta é a cidade de Porto Alegre agora. Vale a pena dizer isso, porque parece que está fora de contexto, mas não está fora de

contexto, é parte de uma política de descaso com o povo de Porto Alegre. Isso é o que está acontecendo. E agora, o que vocês pensam que é acidente, não é. Nós teremos uma Copa que está chegando com centenas de despejos, como vocês, que viveram toda a sua vida nos seus bairros e, porque agora vão fazer um estádio de futebol e o mercado imobiliário vai construir seus megaprojetos, vão ser despejados também! (Ininteligível.) o proprietário que está comandando isso, porque as terras vão aumentar, o mercado imobiliário vai subir, e todo mundo vai querer ganhar, essa terra não valia nada, mas agora vai passar a Sertório por ali, porque vão fazer um condomínio ali, um megaprojeto lá e essa terra por quanto vai sair? Não vão deixá-la abandonada!

Então nós, como movimento, estamos sempre na pauta, não colocamos a camiseta e a bandeira para ninguém, somos um movimento autônomo, de origem social. Nós orientamos a todos os vizinhos, companheiros, companheiras, para que se organizem, que apoiem a comissão de companheiros aqui, comecem a resistir e procurar parceria. Se você resiste e você não dá um passo para trás, você fica firme, eu quero ver quem vai nos despejar desta terra. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Agora, vamos ouvir o Governo, o que o Governo já conseguiu, o que as diferentes secretarias conseguiram encaminhar. Depois, nós abrimos as inscrições para a comunidade.

O Sr. Marcos Botelho, que é da Coordenação Política da Gestão da Governança Local, falará pelo Governo como um todo, neste momento. Obrigada pela tua presença, Marcos.

O SR. MARCOS BOTELHO: Cumprimento a comunidade como um todo, cumprimento os meus colegas de Mesa, os Vereadores aqui presentes, os meus colegas de Governo. De uma maneira geral, eu gostaria de colocar alguns esclarecimentos que eu acho que são importantes.

O cadastro da FASC, como algumas pessoas já devem ter visto, está começando aqui mesmo; o pessoal da FASC está coletando os dados das pessoas que estão aqui presentes, para ver quem já faz parte do Cadastro Único. Mas, de antemão, eu venho informar que, no dia 2 de julho, no horário das 8h30min às 15h, no CRAS, no eixo, na Rua Josefa Barreto, 150, vai ser feito o cadastro de quem não está no Cadastro Único. Tem aqui a documentação, a qual eu vou ler, que é necessária: do responsável familiar, do

CPF ao título de eleitor, e, dos demais membros da família, um documento de identificação civil, certidão de nascimento ou RG. Se quiser qualificar o cadastro também, um comprovante de residência, que não é obrigatório, atestado de vinculação do posto de saúde, que também não é obrigatório, e, de crianças de seis a quinze anos, o atestado de matrícula, que também não é obrigatório. Então, essa parte do cadastramento socioeconômico, em que houve realmente uma falha com relação à comunicação, com relação à data, entre o pessoal do CRAS e o pessoal que estava organizando, nós estamos corrigindo. Não acho que não possa ser feito, está aqui a data pronta, está aqui o pessoal do próprio CRAS, que está pegando esses dados também.

Outros questionamentos foram feitos com relação aos impostos dos imóveis. Nós fizemos o levantamento também, mas os dados dos impostos são sigilosos. O que eu posso dizer é que nós já fizemos esse levantamento, mas, infelizmente, eu não tenho como expor esses dados aqui, porque senão eu estaria expondo as pessoas, e esses são dados sigilosos. Infelizmente, impostos não podem ser revelados. Mas já foi feito esse levantamento. Existe dívida. Ponto! Não posso revelar os demais dados.

Outras coisas também que eu acho importantes, que foram relevadas nas reuniões que foram feitas na Secretaria de Governança. Foram feitas duas reuniões, e estiveram conosco, além da comunidade, a Ver.^a Maria Celeste, o Ver. Dr. Raul, o Ver. Luciano Marcantônio. Eu acho importante frisar que, nessas reuniões, foi levantada a questão de equipamentos públicos na área, pois seriam áreas destinadas a equipamentos públicos. No levantamento que nós fizemos da área, no processo não existe, existe apenas – e a Dra. Cândida pode até me corrigir – um projeto de via, que seria dentro dessa área. Então, não seriam equipamentos públicos, seria uma via pública, não uma área.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS BOTELHO: Não é pública? Só um minutinho.

A SRA. CÂNDIDA SILVEIRA SAIBERT: Boa-noite a todos. Sou representante da Procuradoria-Geral do Município. Complementando a informação do Secretário, é uma via projetada. O que significa isso? Existe uma previsão de que um dia passará uma via por ali, mas é um planejamento do Plano Diretor. Não é área pública; é uma área privada, ela

continua sob a responsabilidade do proprietário. Então, não foi identificada área pública dentro dessa área ocupada por vocês.

O SR. MARCOS BOTELHO: Retomando, é importante salientar que também não foi verificado que lá exista Área de Preservação Ambiental. Nós também fizemos esse levantamento e não achamos nenhum registro de Área de Preservação Ambiental – é importante frisar isso.

Nós recebemos a comunidade do Passo das Pedras nessas reuniões, estava muito preocupada. Entendemos que a situação jurídica é delicada, entendemos que a comunidade também não pode ficar desamparada. A Prefeitura, como um todo, tem interesse, sim, em ajudar a comunidade, da maneira que pode e da maneira que a lei permite que a Prefeitura o faça. Nós expomos para os representantes da comunidade a linha do cooperativismo, que é uma linha sólida que existe há muitos anos na Prefeitura de Porto Alegre. Hoje em dia, dentro do Departamento de Habitação de Porto Alegre, existe uma equipe de cooperativismo que tem o intuito de incentivar, através de projetos urbanísticos e regularização fundiária, a organização das comunidades através de cooperativas habitacionais. Essas cooperativas habitacionais têm o intuito de fortalecer a organização da comunidade, para que ela possa se empoderar em determinados momentos do processo judicial, e o Poder Público, através da nossa equipe de cooperativismo, auxiliar a comunidade com relação ao pleito de quem está demandando contra as comunidades. Então, qual é a nossa função? Auxiliar essas cooperativas habitacionais a adquirirem essas áreas, não com valores, mas, sim, com o nosso trabalho, nosso empenho e com a organização da comunidade, e forçar a negociação por preços reais, não por preços exorbitantes de terra, no intuito de ajudar a comunidade a adquirir, através dessa cooperativa habitacional, a sua área, e, assim, se organizar dentro de sua área, e, ao mesmo tempo, podermos equipar a área da comunidade com equipamentos públicos também. Como é que funciona isso?

Hoje em dia, desde a época que foi criada essa equipe de cooperativismo, existem 46 equipes de cooperativas habitacionais em Porto Alegre – quarenta e seis! Ou seja, isso não é uma ficção, não é um laboratório: é um fato, é uma realidade. Cada uma dessas 46 cooperativas habitacionais tem em torno de 87 até 450 famílias dentro dessas cooperativas habitacionais, em áreas proporcionalmente distribuídas dentro do Município

de Porto Alegre. Até o ano de 2000, essas 46 comunidades já quitaram as suas terras, ou seja, essas cooperativas já têm as suas terras compradas e devidamente regularizadas para as cooperativas habitacionais. Como funciona isso? Essas cooperativas são formadas em torno de três meses; através de uma pessoa jurídica, a comunidade se organiza, forma uma pessoa jurídica, com CNPJ, uma conta bancária e vai angariando fundos da própria comunidade e formando uma renda. Através desse fundo, em determinado momento do processo, pode ser antes ou mesmo depois da ordem de reintegração já expedida pelo Poder Judiciário, se oferece, através dessa equipe de cooperativismo, o recurso como um valor pela área, e se começa uma negociação com os ditos proprietários, para que se adquira essa área para a cooperativa habitacional, ou seja, essa área não vai ser do Município, essa área será de vocês através da cooperativa habitacional.

O que acontece? A Prefeitura, através da Secretaria da Fazenda, pede que o imóvel seja avaliado pelo valor venal para negociar com os proprietários e leva ao Juiz, que funciona como um intermediador dessa negociação. Na realidade, é a Prefeitura intervindo para a cooperativa, através do Poder Judiciário, no intuito de negociar com os herdeiros e forçar que eles aceitem o valor venal do imóvel. Nós temos o exemplo da Cooperativa União Social, que foi formada logo após o mandado de reintegração de posse da área que foi destinada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Secretário, só um momento. Pessoal, eu sei que gera comentários, mas há um zum-zum-zum ruim e há informações importantes para concordar ou discordar, mas vamos nos concentrar um pouco mais, está bem? O Governo está utilizando o seu tempo, vai utilizar, inclusive, um tempo menor; já temos inscrições de Vereadores e da comunidade, quando iremos tirar as dúvidas, e vamos nos organizando na sequência.

O SR. MARCOS BOTELHO: Bom, nós temos a Cooperativa União Social, que foi formada após o mandado de reintegração de posse expedido. Essa Cooperativa foi formada na região da Lomba do Pinheiro, mais precisamente na Parada 2 da Lomba do Pinheiro, denominada Granja Kaiser. Lá, 7,4 hectares foram avaliados pelo Município e foram adquiridos por essa Cooperativa há dois anos através de uma negociação dessa

equipe de cooperativismo em prol da comunidade com o proprietário. Mais recentemente, houve a mesma situação no Recanto dos Gaudérios: formou-se a Cooperativa também e só não foi a registro por questões da comunidade, mas está se fazendo o mesmo procedimento nessa área.

Após a formação dessa cooperativa, a comunidade pode demandar, através das sistemáticas do Orçamento Participativo, os equipamentos públicos – 31 dessas cooperativas já fizeram isso. Hoje, já foram contempladas, 17 obras prontas já foram entregues. Dou o exemplo da Cidade de Deus, em 1991, a comunidade mais antiga; o Jardim das Estrelas também. Elas podem se habilitar até mesmo para projetos urbanísticos, no caso, EVUs, até topográficos também, e projetos de engenharia que têm por finalidade obras públicas.

Eu acho que, para a comunidade do Passo das Pedras, o cooperativismo é a solução ideal. Acho que a gente pode, sim, fazer um bom trabalho aqui, vocês já têm uma comunidade organizada. Acho que podemos trilhar esse caminho todos juntos. Acho que podemos, sim, nos ajudar e sair vitoriosos disso, basta nos darmos as mãos e querermos isso. Eu conto com a compreensão de vocês. Sei que vocês estão há muito tempo lutando por isso, acho a luta de vocês histórica e legítima e quero ajudar vocês, mas preciso da sua ajuda para isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS BOTELHO: Acabei de falar no cooperativismo. Ninguém está falando em...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Marcos, por favor, não responda, porque vai desorganizar a reunião. O senhor, por favor, se inscreva, que eu vou lhe dar a palavra, para falarmos organizadamente.

O SR. MARCOS BOTELHO: Obrigado. Então eu peço para que nos organizemos mais; vamos fazer acontecer a cooperativa de vocês e vamos adquirir essa área através dessa cooperativa habitacional para vocês. Vamos fazer isso, vamos nos ajudar, vamos nos dar as mãos e vamos lutar todos juntos nisso. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Eu tenho aqui quatro inscrições de moradores e já quatro inscrições de Vereadores. Vou colocar um Vereador e um morador.

O SR. MAURO PINHEIRO: Quero cumprimentar a Ver.^a Sofia, o representante da Prefeitura, a comunidade, e dizer, em primeiro lugar, que o sistema cooperativista é um bom sistema. Eu acompanho e participo de vários sistemas de cooperativas e de associações, mas acho que o problema aqui é outro. Acho que primeiro temos que dizer o que vamos fazer com essas pessoas, com a área. A cooperativa é para um segundo momento, quando se precisar construir ou até mesmo para comprar. O problema é dizer o que a Prefeitura vai fazer realmente, o que vai acontecer com essas pessoas que moram há 20, 30 anos nessa comunidade. É uma área que, quando eles vieram morar, não valia nada, hoje é uma área de especulação imobiliária, é uma área supervalorizada, a região valorizou, e a gente sabe que tem... (Falha na gravação.) ...já ganharam o usucapião, os outros não ganharam por erros, poderiam já ter ganho essa área. Então, acho que nós temos que ter uma medida de desapropriação dessa área. A Prefeitura deve comprar essa área, buscar apoio do Governo Federal, da Caixa Econômica Federal, do “Minha Casa, Minha Vida”, e aí, sim, depois que comprar a área, vamos deixar essas pessoas no lugar. Essa é uma área que valorizou, por isso tem o interesse do dono que, antes, talvez, nem tivesse interesse, nunca pagou os impostos; agora, como a área valorizou, porque vocês vieram morar e desbravaram a área, agora tem interesse. (Palmas.) A Prefeitura tem é que tomar uma atitude de desapropriar essa área, para que as pessoas que já moram aqui continuem morando. Depois que comprar a área, ver como vai fazer para que as pessoas possam melhorar as suas casas; aí, sim, uma cooperativa. Mas, agora, o que nós queremos é uma resposta do que vai ser feito com esse terreno. A minha sugestão é a desapropriação, comprar esse terreno, abater as dívidas que eles mesmos têm. O dono da área tem uma dívida, vamos abater no valor, a Prefeitura compra, busca dinheiro no “Minha Casa, Minha Vida”, depois, vamos ver como tratar com as pessoas. Então, é desapropriação já, sem enrolar com cooperativismo, não tem que estar enrolando, tem que ter uma atitude séria da Prefeitura. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A moradora Márcia Azeredo está com a palavra.

A SRA. MÁRCIA BEATRIZ DA SILVA AZEREDO: Boa-noite, pessoal. A minha pergunta é a seguinte, vieram me perguntar: essa cooperativa, para nós, não tem validade, certo? Beleza! Não vou nem perguntar o que seria perguntado, porque, para nós, não tem interesse. O nosso interesse é o seguinte: dentro da reintegração de posse, as pessoas realmente estão para ser despejadas. Na nossa área, tem pessoas que não querem negociar. Então, vamos fazer o seguinte. Eu tenho três pessoas na área que compraram do Júlio André, então, a gente quer ver o seguinte: se a reintegração é para todos os oito mil hectares, como é que fica o pessoal que já tem o usucapião na área? Como fica o pessoal que comprou do Júlio André? Como ficam outros contratos de compra e venda, registrados no imóvel (*sic*) por herdeiros, gente que comprou de coerdeiros? Gostaria de saber como isso fica dentro desse processo do despejo. Alguém pode me dar uma posição? Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra

A SRA. MARIA CELESTE: Boa-noite a todos e a todas, quero saudar os representantes da Prefeitura Municipal, a Presidenta da Associação de Moradores, o Conselheiro do Conselho Deliberativo, as representações do movimento que têm acompanhado aqui, não só nesta reunião, mas desde o primeiro momento em que fomos procurados, na Câmara Municipal, através da Presidenta Sofia Cavedon, e, como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, nós nos somamos imediatamente a esta luta há mais ou menos dois meses, quando fomos procurados pela Lilian, pela Márcia, por uma comissão de moradores. Logo a seguir, a Dra. Eloá começou a acompanhar o processo. Também os Vereadores da Câmara, quero saudar cada um deles que está aqui nesta noite, que já vêm acompanhando o processo. Nós ficamos muito preocupados com os relatos, porque, já no ano passado, havia uma série de combinações que foram feitas com a comunidade e que não foram cumpridas pela Prefeitura. Então, imediatamente, quando estávamos lá na reunião com a Presidenta Sofia, o Ver. Luciano Marcantônio – quero aqui fazer o registro – entrou em contato com a Secretaria de Governança e solicitou uma audiência. Nós fomos recebidos naquela semana, na semana posterior, e eu pude acompanhar, por deliberação da Presidência, essas duas reuniões. Nós íamos fazer esta Audiência Pública

já naqueles dias próximos ao momento em que a comissão havia nos procurado. Nós resolvemos, junto com a Prefeitura, adiar por uns 20 dias, para que pudéssemos chegar na Audiência com respostas e propostas concretas da atual situação de cada família dessa comunidade. Ontem, nós fomos para a reunião e nos sentimos – o Ver. Luciano, que é do Governo, também tem a mesma opinião, com certeza, e a comunidade – frustrados, porque nós nem sequer tínhamos as respostas que hoje o Marcos nos trouxe, ainda bem. Não era bem o que a gente gostaria de ouvir, mas, enfim, já tem o início de uma discussão e de uma resposta, porém ainda nos gera muitas dúvidas. Entre essas dúvidas, temos que referir: o valor dessa gleba e dessa terra era um valor há 30 anos. E muitas famílias foram despejadas. Eu moro aqui na Santa Rosa, bem pertinho de vocês, e também participei desse processo de urbanização da Cidade. Os mais pobres vinham para cá, nós fomos jogados para esta região, havia aqui tambos de leite, chácaras, e para cá vieram as famílias pobres, como nós, lá da Santa Rosa. Era um valor naquela época; hoje, é outro valor, isso aqui virou zona nobre. A especulação imobiliária – e está correto o movimento que alerta para isso – tem um grande interesse nessa região, um grande interesse. Então, agora, nos parece muito estranho que, 30 anos depois, a Juíza, que já tinha dado dois direitos de usucapião para dois moradores daqui, já não quer dar mais. Não quis e não vai dar mais, encerrou o processo. Ela quer despejar todo o mundo, foi essa a fala que ela fez numa Audiência, não foi, Lilian? Foi essa a fala que ela fez.

Vocês construíram a vida de vocês aqui. Muitos de vocês fizeram financiamento para poder construir a casa. Quem vai pagar esse prejuízo? Para onde as famílias irão a partir de um despejo que sai da cabeça de uma juíza que se diz dona dessa verdade? O movimento que se está fazendo aqui, companheiro, é político, sim, mas é de força política na comunidade. Porque, juridicamente, a Juíza já disse que está todo o mundo despejado. E nós não vamos aceitar. E aí, Câmara Municipal, Prefeitura, movimento e moradores têm que ir junto e dizer para a Juíza que não dá para tratar o povo da cidade de Porto Alegre como se fosse boi ou boiada, e despeja daqui e despeja para lá! (Palmas.) Então, pessoal, esse movimento precisa – e eu disse isso na primeira vez que eu conversei com a comissão – de continuidade, precisa de força, precisa dos Vereadores, precisa da Prefeitura, precisa que cada um e cada uma de vocês estejam unidos, para a gente construir a solução. E a solução, antes da cooperativa – meu querido Marcos, que tem feito um esforço nesse sentido –, é viabilizar uma alternativa. Se nesse

espólio há dívida com a Prefeitura – e me parece que, quando alguém deve IPTU para a Prefeitura, é acionado, não é? -, por que é que essas pessoas não foram já acionadas, para botar em dia o IPTU? Pode começar por aí uma negociação. E o valor dessa dívida não deve ser pouca coisa, porque 30 anos de débito de IPTU deve ser um valor muito alto, pois são muitas glebas.

Outra questão que eu quero falar, para encerrar. Como eu acompanhei um pouco mais a comissão, eu preciso também colocar algumas questões para a Prefeitura: o Ministério Público não agiu no processo, acho que a Dra. Eloá falou. E agora nós conseguimos que, pelo menos, o Ministério Público do patrimônio – o Dr. Luciano, através da ação da Presidente Sofia – revise o processo. E ela falou no início: ele está buscando todo o processo e vai fazer uma Audiência com a Câmara, o Ministério Público e a comunidade, para ver a situação real de vocês. Mas, para isso, nós precisamos que a Prefeitura colabore. Não dá, meu companheiro, para a FASC vir fazer um cadastramento aqui e, depois, fazer com que essas famílias se desloquem todas para o centro comunitário, para fazer o cadastramento. Não foi isso que o Promotor pediu. Ele pediu um cadastramento das famílias *in loco*, ele pediu que a FASC fizesse o cadastramento, fosse lá, verificasse quantas crianças tem, quantos adolescentes, quantos idosos, quantas pessoas com necessidades especiais tem, porque isso ajuda no processo. Porque parece que todo o mundo que mora aqui está bem, obrigado, tem condições de pagar, e não é assim. Então, nós precisamos que a FASC venha e cumpra aquilo que tinha combinado. Que não só comece o cadastro aqui, mas venha até as famílias, observe, faça o levantamento social dessas famílias, porque isso é imprescindível.

Então, quero dizer para vocês que nós estamos trabalhando juntos para resolver, para buscar uma solução, e não dá para esperar vir a ordem de despejo. Eu acho que o grande mérito dessa comunidade, diferente de outras que nos procuram na Câmara, é que vocês não estão esperando a ordem judicial bater. Mas ela já existe. Outras comunidades nos procuram quando o Oficial de Justiça está com a Brigada, lá na porta, despejando as pessoas. Então, nós ainda temos tempo para nos organizar, mas não temos muito tempo, não! Temos que estar juntos, nos organizando, buscando a parceria da Prefeitura com respostas, com questões eficientes, porque, logo a seguir, vamos dar continuidade com o Ministério Público. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Leandro de Oliveira Pinho está com a palavra.

O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA PINHO: Boa-noite, pessoal. Eu moro aqui na comunidade há mais ou menos uns 15 anos. Eu sei que tem muitos que moram há mais tempo do que eu. Assim como eu, vocês também têm família, vocês também têm uma vida. Então, isso que está acontecendo com nós (*sic*), querer despejar a gente, querer despejar todas essas famílias, não tem cabimento. Então, o que é que a gente vai fazer? Cruzar os braços e deixar a Brigada despejar a gente a chute, debaixo de porrete? Ou vamos nos dar as mãos e nos unir, para vencer essa “burrocracia” que eles impõem para a gente? Eu tinha umas perguntas para fazer, mas, felizmente, os companheiros responderam para mim. O que vai acontecer com nós (*sic*), depois daqui? Será que eles vão despejar a gente, vão colocar a gente porta afora? E as famílias que moram aqui há mais de 30 anos, e os nossos filhos? Eu tenho um filho pequeno, muitos também têm; eu tenho uma filha com um neto, muitos também têm. E o futuro deles como é que fica? Nós temos a nossa vida, nós temos tudo o que a gente adquiriu através do nosso trabalho, através da nossa honestidade. Então, será que a gente vai deixar eles fazerem isso com a gente, nos despejar? Como disse a companheira, nos tirar para boi? Existe uma frase que vi num DVD e que era mais ou menos assim: “A nossa integridade jamais deverá ser vendida, emprestada ou alugada, porque a única coisa que temos é a integridade”. Então, pessoal, o que peço para vocês é que nos unamos, ainda mais em uma cooperativa. Eu sei como funciona uma cooperativa, porque eu trabalho em uma. Então, nós temos que nos unir, dar as mãos, para não acontecer de, amanhã ou depois, chegar a Brigada Militar ou um oficial de justiça e nos tirar de dentro do lugar que a gente tem, onde a gente mora, pelo qual nós lutamos, durante mais de 30, 40, 50 anos. Muito obrigado, pessoal, obrigado mesmo. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Valeu, Leandro.

O Sr. Nelcir Tessaro está com a palavra.

O SR. NELCIR TESSARO: Boa-noite a todos. Cumprimento a Presidente da Mesa, Presidente da Casa; a Presidente da Associação; as nossas mulheres aqui comandando; e os Vereadores aqui presentes.

Em primeiro lugar, hoje estamos diante de um dos maiores erros jurídicos que já ocorreu e que ocorre, como já ocorreu em outras áreas aqui na Zona Norte, porque, há 10 anos, não era permitido o usucapião coletivo, e, agora, Maria Celeste, é permitido. Será que o Juiz não pode entender que houve ingresso coletivo, porque, naquela época, as famílias não tinham como fazer a descrição dos seus lotes, e agora podem. Não pode retroagir para o bem? Se fosse para o mal, tudo bem, mas é para o bem. Mas é lamentável o que está ocorrendo.

Eu ouvi atentamente o nosso Mauro Pinheiro e a Maria Celeste. Botelho, peço desculpas à Procuradoria que está aqui presente, mas eu quero dizer que aqui não é o caso de a gente falar em cooperativa; aqui é o caso de a Procuradoria e de o DEMHAB – e a Horácia está representando o DEMHAB – ingressarem, imediatamente, em juízo, e pedir a suspensão do Processo até uma solução do caso. Eu tenho certeza que o Juiz, com o aval da Câmara de Vereadores, dará a suspensão. Tudo bem, se ele não der a suspensão, faz a delimitação onde ocupam as 140 famílias, como fizeram em diversos locais da Cidade, como feito na Av. Eduardo Prado, faz um decreto de utilidade pública. O Município tem cinco anos para pensar o que vai fazer depois, não vai desembolsar nenhum centavo. Nenhum centavo! E vai evitar o despejo de todos aqui. De todos! E, se for o caso, porque já ouvi essas famílias, ninguém está se negando a pagar. Desapropria essa área e divide o valor da desapropriação – que não é o valor da especulação imobiliária – entre as 140 famílias. Todo o mundo vai pagar parcelado. E, se for o caso ainda, pega-se essa área, depois de desapropriada, transfere para a Caixa Federal, faz um projeto habitacional, e a Caixa Federal vai ressarcir o Município do valor que ele vai desapropriar a área. Isso é bem claro na legislação, na habitação do Minha Casa, Minha Vida, gente! É muito claro que já foi feito. E nenhuma moradia, nenhum terreno de graça a Caixa aceita, ela repassa o valor do imóvel. Se alguém não acredita, fale com a Superintendência da Caixa, que vocês vão verificar como é o procedimento legal. Então, se quiserem solução, tenho solução, agora, não me venham com cooperativa, que isso é para depois, daqui a cinco ou seis anos, mas não no caso emergente do despejo. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. André Vargas da Silva está com a palavra.

O SR. ANDRÉ VARGAS DA SILVA: Muitos aqui me conhecem, eu sou professor de Capoeira, trabalho na comunidade do bairro Passo das Pedras, e fiz vários trabalhos aqui; faço trabalho na Vila Dique, por meio do DEMHAB, contratado pela Prefeitura; faço trabalho na Vila Chocolate, por meio do DEMHAB, contratado pela Prefeitura, ganhando 300 reais de cada oficina, para dar aula. Eu moro no bairro Passo das Pedras desde que nasci. O senhor que está representando a Prefeitura, por todos os movimentos que fez no rosto, eu vejo que o senhor caiu aqui de paraquedas, o senhor está fazendo só o seu trabalho para receber o seu salário no final do mês. (Palmas.) Olha bem para mim: eu dou aula nessas vilas, e há crianças que fumam *crack*. Eu já levei facadas, eu já vi darem tiros, dando aula de capoeira, nesse trabalho da Descentralização, que todos os Vereadores conhecem, e nos projetos que o DEMHAB e a Prefeitura fazem. Eu dou aula na Vila Dique, sendo que metade dessa Vila Dique continua no lugar, porque só foi desapropriada a parte que era fundamental para o Aeroporto. A Prefeitura está gastando 144 milhões de reais, agora, para fazer um esgoto para despoluir o Guaíba; a Prefeitura recebeu verba para revitalizar todos os corredores de ônibus da Av. Bento Gonçalves; a Prefeitura está ajudando o Grêmio a construir o estádio; e a Prefeitura está ajudando o Inter a construir o seu estádio. Eu moro aqui há 28 anos, o senhor vai dar um quatinho na sua casa e um pouco de comida para eu morar lá quando eu for despejado? Não, porque eu vou para lá; todo mundo vai para lá! Eu tenho que dar aula em 500 lugares, dentro de Porto Alegre, para conseguir um salário de R\$ 1.500,00. Pela Descentralização, eu recebo R\$ 600,00 por mês, e ainda não me pagam em dia. A Prefeitura não me paga em dia, mas o salário deles ela paga em dia. Eu vou lá para dar aula de capoeira, gasto a gasolina do meu carro, compro uniforme para os alunos, faço evento, e a Prefeitura não me dá o abadá, não me dá tênis, não me dá almoço, não me dá nada! Eu subo o Morro da Cruz para dar aula pela Descentralização, eu vou lá dar aula, a Prefeitura não me dá almoço, a Prefeitura não me dá nada! E aí o senhor vem dizer: “Ah, não quer fazer uma cooperativa para eu trabalhar para ganhar mais? Quer me ajudar? Eu sou pobre, quer me ajudar?” (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Fernanda Melchionna, do PSOL, está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-noite, queria saudar os participantes da Mesa, da Comissão; saudar a Presidente Sofia, em nome de todos os Vereadores que estão aqui presentes; saudar os representantes do Governo e saudar, sobretudo, a comunidade. Agora, eu quero dizer uma coisa, com todo o respeito ao Marcos, à Horácia, que eu tenho dito em todas as Audiências Públicas: é lamentável que o Secretário e os titulares da pasta não estejam aqui presentes; que venha o Secretário Adjunto para ouvir, mas aquele que é o titular da pasta não vem, dentro da comunidade, num espaço nobre, ouvir as reivindicações da população e, de fato, encaminhá-las conforme aquilo que, muitas vezes, é prometido durante a campanha eleitoral. E não é a primeira, não é a segunda e não é a terceira audiência pública em que eu faço a mesma crítica à Prefeitura! Porque as Audiências que nós vamos, lamentavelmente, com todo o respeito aos que vêm apresentando, não é um desmerecimento do trabalho deles, mas é um desmerecimento da postura dos Secretários com relação ao povo do Passo das Pedras, ao povo lá do Cristal, ao povo que vai para as Audiências Públicas, e que não tem o Secretário para ouvi-lo!

Colocado esse registro, queria dizer só duas coisas, primeiro, eu não consigo entender, gente, sinceramente, como é que uma juíza que já teve dois processos de usucapião conquistados na Justiça, nega para o restante da comunidade, que construiu a vida, os filhos, os netos e toda a sua família e, aliás, construiu o bairro, porque quando vocês vieram morar aqui, o bairro era uma coisa. Agora, se o bairro tem o mínimo de equipamento público, é conquista da comunidade!

Eu não consigo entender como é que a Juíza nega algo que é um direito – que como bem lembrou o Ver. Tessaro e a Ver.^a Maria Celeste –, inclusive, uma inovação da Lei.

Por isso, quero dizer que acho ótimo que façamos um ofício pedindo a suspensão do processo, mas acho melhor, se acharmos que tem lobby no meio, que tem alguma coisa, dá para pedir a mudança da Juíza. A partir do Juiz que julga o caso, se acharmos que tem problema, sério mesmo, se pode pedir.

Eu não sou advogada, mas qualquer processo judicial que se pensa que tem parcialidade para julgar as questões, se pode pedir a mudança do Juiz para um Juiz que, de fato,

tenha uma postura imparcial e busque, minimamente, fazer lei para o povo, defender o povo, quando vemos que, no nosso País, infelizmente, a Lei não é para os grandes e, em geral, é só para o povo. Mas vale a pena vermos esta questão. Então, isso era uma coisa que eu queria colocar.

A segunda, em relação à cooperativa, foi muito contemplada pela fala dos meus Colegas, mas eu queria reiterar: não dá para a população pagar duas vezes; cooperativa não é o caso aqui! Enquanto a Prefeitura gasta 14 milhões de reais com publicidade, enquanto 817 milhões de reais são gastos com as terceirizações da Prefeitura, garanto que muito menos da metade desse valor dava para desapropriar a área, dava para entrar em contato com a Caixa Econômica Federal, e fazer projeto de habitação para a população, e resolver o problema de centenas de famílias que estão com a faca no pescoço.

Então, assim, desapropriação é fundamental, acho que temos de cuidar para não combinar uma coisa com a comunidade – e sei que não foi só a Prefeitura -, não fazê-la, demorar, ter falhas de comunicação, porque, neste caso, estamos tratando da vida das pessoas e não dá para, depois, no dia 02 de julho, o pessoal ir cheio de documentação. Acho que tem de ter uma força-tarefa da Prefeitura para passar na casa das pessoas e fazer o cadastramento – ou que seja aqui, a comunidade define -, mas não dá para a população ser onerada de novo, continuar pagando o preço da irresponsabilidade de terceiros e de uma luta, de uma disputa que demora e perdura três anos.

Só para concluir, Presidente, queria só comentar a intervenção do Eduardo, acho que foi muito interessante, junto com a Lilian, com a Maria Eloá, essa questão de pensarmos como as coisas são injustas. Quando, para a especulação imobiliária, vemos a rapidez com que se atua, quando vemos que as áreas nobres construídas pelos braços, as pernas e o suor do povo porto-alegrense estão sendo, enfim, disponibilizadas para a especulação imobiliária. É assim na Av. Cristal, lá na Tronco, e está uma luta das 1.400 famílias que não querem sair; foi aqui que vocês construíram este bairro, é uma área nobre – é o mesmo problema da Dique, que não se resolveu. Então, eu queria dizer que, de fato, a gente tem de abrir o olho, porque a Copa do Mundo não pode ser pretexto para fazer uma Copa para inglês ver, tem de servir para ser uma Copa para os porto-alegrenses. Então, boa luta, boa resistência, contem com o nosso mandato!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Emerson, do PSOL, está com a palavra.

O SR. EMERSON DUTRA: Boa-noite a todos e a todas; à Mesa; eu quero dizer que fico constrangido de vir aqui esta noite, conhecendo cada um, porque sou morador do Passo das Pedras, e ver o que vocês estão passando, que é inconstitucional. É uma barbaridade essa especulação imobiliária! E saber que muitos de vocês não têm nem dormido à noite, porque não sabem o que vai ser do dia de amanhã e depois de terem trabalhado uma vida toda para terem o que vocês têm hoje, um cantinho digno de moradia. Eu quero, na verdade, dizer uma coisa aqui: o Fortunati já sabe do problema de vocês, porque nós fomos na reunião do OP e deixamos bem claro o que é que estava acontecendo no Passo das Pedras. E, hoje, não criticando o representante da Prefeitura, mas, sim, o Fortunati, porque ele deveria ter dado uma solução já, porque tempo ele teve! Tempo ele teve para dizer que vocês iriam ficar na área! Aí vem com essa história de cooperativa, mas não somos mais crianças!

Mas, assim, pessoal, não quero polemizar, quero dizer uma coisa para vocês: há vários Vereadores aqui, um representante da Prefeitura, está na hora de darmos as mãos e apostarmos. Eu quero fazer um apelo para os Vereadores ajudarem esses trabalhadores, ajudarem essa comunidade do Passo das Pedras, pois são pessoas de bem, são homens, mulheres, crianças, jovens valorosos, pessoas dignas. Eu, como morador do Passo das Pedras há 18 anos, jamais pensei que vocês estariam vivendo isso. Pessoal, parabéns! Vamos nos dar as mãos, vamos para a luta, queremos uma solução do Fortunati, Secretário, queremos que o Fortunati, na próxima reunião, dê uma solução, porque do jeito que está não dá para ficar, pessoal! Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Agora, voltamos aos depoimentos da comunidade.

O Sr. Manuel Alberto Tavares de Azevedo, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Moradores e Amigos do Passo das Pedras – AMAPP, está com a palavra.

O SR. MANUEL ALBERTO TAVARES DE AZEVEDO: Boa-noite a todos e a todas. Vou tentar, já estou emocionado. Nós temos 61 anos de idade. O que vimos e passamos no Passo das Pedras é uma vergonha! Vou ler, que é mais fácil. Como poderia, então – é a

pergunta que faço agora -, a Câmara Municipal de Porto Alegre, representada aqui hoje, intermediar junto ao Governo Municipal, que está aí, independente de Partido político, decretar essa área em litígio, como área de utilidade pública municipal e de interesse social?

Veio aqui o representante do DEMHAB dizer que temos que criar uma cooperativa, mas como? Por que cooperativa, se todos já moram em um lugar? Cooperativa é para quem não tem e está buscando algum lugar, não é o caso aqui.

Outra coisa que gostaria de deixar bem claro é que há mais de 30 anos moram famílias e famílias naquele local. Se, por acaso, há ali alguma família que não está há 30 anos, comprou a posse de quem já tinha. É um absurdo, gente! Edificaram benfeitorias, conseguiram abrir ruas – lá não há vielas, há ruas –, e, através de parcerias, calçamento, luz, água. No Processo – se não me engano, não conseguir ler –, dizem que lá não tem nada, que se alguma coisa foi feita, foi feita pelos donos. Vamos dar uma risada, gente! É piada! Então, nem estou citando que é a Prefeitura; são parcerias que a comunidade conseguiu; não foram os proprietários, os que se dizem proprietários.

Aqui, alguém – parece que foi a Vereadora – questionou a juíza. Eu ouvi, não posso provar, em fala miúda, ou como se diz, de corredor, que a juíza é amiga do Seu Martins. Alguém aqui conhece o Seu Martins? Martins, alguém conhece? Um dos que se dizem herdeiros. Ainda dizem que ela é amiga. Não é o caso de questionar essa juíza? Chegou, pela boca miúda, como se diz popularmente, na gíria da comunidade, aos meus ouvidos, que ela é amiga ou tem um grau de parentesco distante com o Sr. Martins, que é um dos herdeiros do Júlio André. Estou errado? Ex-advogado, falecido, que especulava áreas, não só do Passo das Pedras, mas do Jardim Planalto também. Vou dizer a vocês: sou funcionário da Fundação Gaúcha do Trabalho e, naquela época, há uns 20 anos ou mais, o Dr. Júlio André tentou despejar várias e várias famílias, mas hoje elas estão lá, por quê? Ele tinha pedaços de papel, tipo papel de pão, assinados. O que é isso? Dizendo que a Dona Dejanira, da área do Jardim Planalto, tinha assinado. A mulher nem sabia escrever, ela botava o dedo. Que assinatura foi essa? Perdeu.

Então, eu peço, gente, vamos lutar juntos! Eu peço que a Presidente me dê mais um minuto, já que vários moradores aqui... Não, por favor, um pouquinho mais, para tentar chegar um pouquinho mais adiante. Eu estava falando que houve um trabalho da comunidade para colocação de calçamento e de água. Porque, vejam, senhores e

senhoras, nessa área, se houver despejo, haveria um grave problema social, implicando ao Município reassentar essas pessoas. Não adianta, porque o Município tem obrigação também. Essa área viria para quem? DEMHAB, para vocês; não é para mim, não é para a Associação, é para o DEMHAB, porque o DEMHAB é que reassenta as pessoas.

Então, eu acho que este é o momento de nos juntarmos, comunidade, os líderes que estão aqui conosco, os Conselheiros do Orçamento Participativo que estão aqui conosco, nos juntarmos aos Vereadores, irmos à Prefeitura, cobrarmos do Prefeito para que essa área seja de utilidade pública municipal. Os Vereadores podem, sim, se quiserem, também criar esse Decreto de Lei. O Prefeito pode vetar ou não, mas vocês podem, basta querer. Se não podem, eu devo estar muito enganado, mas podiam.

Então, gente, vamos tentar fazer isso. Câmara de Vereadores, por favor, nos ajude. E eu queria dizer, só para encerrar: naquela área que dizem que é de 8 hectares, que tem só 140 famílias, eu não acredito que sejam só 140, não, porque tem vários terrenos lá que tem 3 casas, 3 famílias, e estão considerando uma. Então, eu digo que ali tem em torno de 800 pessoas, no mínimo, que vão ser atingidas. Isso só será feito se a FASC fizer um trabalho sério no local, e não aqui, sentadinha na cadeira, pegando os nomes. Tem que ir lá no local ver a verdade, porque lá eles vão constatar, a FASC vai constatar que tem deficientes físicos, idosos, gente, crianças! Por favor, gente, vamos nos unir. E eu posso falar em nome da Associação também, tenho certeza. A Associação do Passo das Pedras – permite-me a Presidente da Diretoria e o Presidente do Conselho Deliberativo dizer – está à disposição de vocês. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Eu queria, em nome da Presidente da Câmara de Vereadores, Ver.^a Sofia Cavedon, cumprimentar toda a Mesa, todas as autoridades, todos os Vereadores, todas as lideranças comunitárias e os Conselheiros do Orçamento Participativo.

Eu sei que todo o mundo já falou, vários expressaram a sua opinião, mas eu quero fazer um caminho e seguir o pensamento e o raciocínio do Ver. Nelcir Tessaro. Só tem uma maneira de o Governo poder fazer para dar segurança, tempo e espaço para uma maior

organização dessa comunidade, que tem todo o direito – ninguém nega esse direito. Eu também não consigo entender o raciocínio desse magistrado que chegou a esse consenso de dar o ganho de causa para dois. Mas eu quero fazer um pedido, Presidente, à senhora; tenho certeza de que falo, senão pela totalidade, pela maioria dos nossos Vereadores. Apesar de todos os caminhos já trilhados, de todas as ações feitas para tentar solucionar, eu queria acrescentar uma e fazer esse pedido todo especial à senhora. A senhora, como Presidente da Câmara de Vereadores, poderá convidar o Prefeito José Fortunati para que se sente com todos os Vereadores, para que nós possamos colocar para ele que a cooperativa, infelizmente, não é o instrumento necessário neste momento, mas que o instrumento necessário neste momento é declarar aquela área de utilidade pública, garantindo a permanência dos moradores e a organização! (Palmas.)

Eu tenho certeza absoluta de que, com a ajuda do Secretário, que está aqui, com a ajuda do DEMHAB, com a ajuda da FASC e dos Vereadores, através da senhora, nós conseguiremos sentar com o Prefeito e explicar a situação para ele nos seus mínimos detalhes. E eu tenho certeza absoluta de que o Prefeito vai mandar para nós um Decreto de Lei para nós declaramos essa área de utilidade pública. Temos 5 anos para lutar, mas também vamos trazer para dentro desta negociação, talvez, o Governo Federal e o Governo Estadual, que também têm responsabilidade com essa situação. Estou cansado de ouvir, Presidente, que o Governo Federal tem dinheiro, que falta muito projeto. Um dos projetos a serem construídos é este, um dos projetos é a desapropriação, em parceria com o Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, para que comprem essa área. E mais: que seja a fundo perdido, porque quem já gastou 30 anos em cima dessa área construindo habitação não deve mais pagar por essa área. Essa área tem que ser dos moradores. (Palmas.)

Então, quero prosseguir, quero dizer a todos, Manuelzinho, que esta é a hora – realmente, tu tens razão – de todos se darem as mãos e buscar o caminho mais curto e mais correto para a permanência desses moradores: de deficientes, de crianças, de pessoas de melhor idade, de todos. Até porque tu tens razão em mais um ponto: se vier a se confirmar essa reintegração de posse e esse despejo, o problema, Secretário, infelizmente, é da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, nosso, da Câmara de Vereadores; é nossa essa dificuldade, e nós temos que dar uma solução. Então, a melhor solução é não tirar ninguém dali, mas garantir a moradia lá, e eu tenho certeza absoluta – absoluta!

– de que, se nós fizermos isso, nós vamos dar um grande passo e garantir a tranquilidade de cada um, para que possam dormir tranquilos e não com a espada da remoção na cabeça. Podem ter certeza, nós vamos conseguir, juntos, essa solução! Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem, agora a intervenção da comunidade novamente. O Jefferson Pereira Oliveira está com a palavra. Nós temos, depois, duas intervenções da comunidade e duas de Vereadores, e nós vamos encaminhar a reunião.

O SR. JEFFERSON PEREIRA OLIVEIRA: Boa-noite à Mesa, boa-noite à Prefeitura, boa-noite a todos os presentes. Eu tenho uma pergunta para fazer para o representante da Prefeitura. A pergunta que eu tenho para o representante da Prefeitura é por que a Prefeitura não está sendo transparente com a gente, esclarecendo a dívida dos que se dizem herdeiros? Existe uma dívida na Prefeitura, que não está sendo transparente conosco da comunidade. A Prefeitura entra no bairro com luz, água, taxas de esgoto e etc. Nisso eu sou transparente, em ir lá pagar a minha conta. Por que a Prefeitura não pode mostrar para mim? (Palmas.) Por que a Prefeitura não pode ser transparente com a gente e botar no papel o que era para ter sido feito há um mês? Agora, vem fazer cadastro, querem fazer cooperativa, coisa que, para nós, não adianta. Nós queremos o nosso direito que está na Constituição, que diz que é moradia, e que estão querendo tirar da gente. Eu tenho uma filha com problemas especiais, que tem um ano e três meses, e eu não quero, amanhã ou depois, daqui a 20 anos, dizer para minha filha que nós saímos do terreno onde nós morávamos por imprudência da Prefeitura, por falta de atenção da Prefeitura. (Palmas.) Eu acho justo que a Prefeitura e demais autoridades, Governos Federal e Municipal, seja quem for, deem uma atenção melhor para nós; não desmerecendo os Vereadores, mas é que eles vêm aqui na época de eleição, apertam a mão da gente, conhecem casa por casa, beco por beco, embarram seus pés, e, na época que nós precisamos, ninguém vem fazer cadastramento, ninguém vem saber se tem uma senhora idosa, se tem uma criança deficiente, ou se tem alguém precisando! Eu gostaria que a Prefeitura desse uma atenção maior para isso daí, fosse transparente e mostrasse a realidade do valor devido para nós! Porque há uma dívida, sim, e a Prefeitura está escondendo da gente! É justo nós sabermos o valor que eles devem, para nós termos

certeza de que não somos só nós que temos direito. Eu peço desculpas a vocês pelo meu nervosismo, mas é que eu estou com medo de perder o teto da minha filha, assim como todos vocês também estão. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Presidente Sofia, demais membros da Mesa, colegas Vereadores, membros da comunidade, que estão sofrendo na pele, eu penso assim: antes de me manifestar, eu me coloco no lugar de vocês. Eu imagino o que seja ter uma casa e ter uma preocupação de amanhã ser despejado. Isso é o que de mais dramático um cidadão pode viver. Mas para ser objetivo e fazer um encaminhamento, nós, há 30 dias, recebemos na Câmara de Vereadores, Presidente Sofia e demais Vereadores, uma comissão da comunidade muito bem informada e qualificada. Lá mesmo, na presidência da Câmara de Vereadores – e estavam presentes Vereadores de todos os Partidos -, foi agendada, na Secretaria de Governança, junto com demais Secretarias, uma primeira reunião para tratar, de forma séria, unificada, uma solução para esse drama que vocês estão vivendo. O que eu proponho, Presidente, Ver. Tessaro, com sua experiência no DEMHAB, Ver.^a Maria Celeste? É muito importante, Ver. Tessaro, que o senhor entre nesse grupo de trabalho. E a Ver.^a Maria Celeste se manifestou aqui de uma forma extremamente sábia, equilibrada, responsável. Ou seja, nós temos que, neste momento, ser sérios, todo mundo que falou aqui foi muito sério e o problema é grave. Nós temos que formar um grupo de trabalho, com os Vereadores, que estão aqui para contribuir, não estão aqui... Olha só, tem Vereadores de todos os Partido aqui. Eu não faço um voto aqui e não sei se vou fazer um dia. Pessoal, o drama é muito grande, é uma ação de despejo. A própria advogada que está cuidando do caso disse que é quase irreversível. O cooperativismo, claro, nunca é bem-vindo em nenhuma comunidade, mas ele pode ser uma alternativa não para resolver o problema de vocês, mas isso, dentro de um processo judicial, numa interlocução com o proprietário, para nós nos fortalecermos frente ao juiz e ganharmos moral com o promotor, são ações, dentre outras que têm que ser realizadas, que vão começar a fortalecer a comunidade e a Prefeitura na negociação frente ao Judiciário e ao proprietário. Mas não é o único e nem o melhor caminho; o caminho vai ser construído em conjunto. Então, o que eu tenho falado para as pessoas da

comunidade? Nós temos que formar esse grupo de trabalho com pessoas que representam a comunidade, continuar nos reunindo – já foram feitas das reuniões na Prefeitura em 30 dias –, para, juntos, nós construirmos a melhor solução. É trabalho, trabalho, trabalho, pensar, pensar, pensar. Eu tenho certeza, tenho convicção de que o Prefeito Fortunati, por ser um homem que construiu a sua vida, a sua luta, a sua militância política nos movimentos sociais, vai estar ao lado de vocês. A Secretaria de Governança é a Secretaria que faz a transversalidade, que vai fazer com que a Prefeitura haja de forma unificada a favor de vocês. E os Vereadores são fundamentais no processo, tanto que, se não fosse a Câmara de Vereadores, não teria havido a primeira audiência lá na Governança. Então, como também foi colocado pelo Ver. Paulinho, vamos dar as mãos, vamos formar esse grupo de trabalho, vamos nos organizar, vamos fazer a luta que tu colocaste – essa luta é social e política, porque no Judiciário ela está quase perdida. Então, a organização, o movimento, a militância da comunidade, em conjunto com a Prefeitura, com o apoio dos Vereadores, é a solução! Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Antônio Alves de Oliveira está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA: Boa-noite a todos, sou morador envolvido também. Eu fui um dos primeiros a morar naquela chácara, faz 43 anos que eu moro ali, primeiro, foram meus pais, depois eu casei, criei minhas filhas ali, eu já tenho uma filha com 32 anos, um neto com 15, estou de cabelinho branco, com 61 anos, e fui um dos primeiros da área a ser notificado do despejo pelo João Francisco Martins, que se diz dono de um pedaço dentro do todo maior da área. Em 1988, eu e mais 26 famílias fomos citados. Naquela época, esse senhor já procurava fazer confusão. Porque ele tem uma área que é dele no Jardim Itu Sabará. Vocês podem ver aqui: Travessa Hildebrando é no Passo das Pedras, ele colocou Jardim Itu Sabará; no meu endereço, Rua Ulhoa Cintra, ele colocou certo, Jardim Passo das Pedras. Então, aqui, ele já confundia a cabeça de qualquer um. Daí nós ganhamos dele, entramos com a defesa, reunimos conta de água, conta de luz, porque nós morávamos dentro daquela área há muitos anos, as 27 famílias. Ganhamos. Ele recorreu ao Supremo, e ganhamos também. Recorreu a Brasília, nós ganhamos também. Foi instalada uma audiência, fomos ao Fórum, como eu conhecia

toda a família deles, eu fui um dos primeiros a morar ali, e eles vieram com todos os parentes para testemunhar, eu fui dizendo quem eram os parentes, e nós ganhamos, em 1993, está aqui no papel. Aqui, nesse segundo processo, são 124 famílias, para todo mundo entender – eles entraram em 1988 também –, e como é que eu estou nesse baile aqui, como é que eu estou aqui dentro também? Eu não estou aqui, o meu nome não aparece aqui. E agora estão dizendo que eu vou ser despejado junto com os outros, que todo mundo vai ser despejado. Algumas pessoas não foram citadas, tem umas 400 famílias nessa área, não são cento e poucas famílias. Esse filho, ou neto do Dr. Júlio André, é advogado aqui também no Fórum de Petrópolis, já tem influência dentro. O Dr. Júlio André era Juiz de Direito, e pegava dinheiro, por exemplo, de um herdeiro que eu me dava muito bem, o SR. Breno, já falecido, e não pagava o imposto. Esse Dr. Júlio André ganhou um pedacinho, que se lê dentro desse documento – porque eu buscava tudo quanto era documento em cartório, eu sei quem são os donos, tem muitos herdeiros. Nesse documento aqui, eu entrei com usucapião em 2003, eles estavam fazendo carga contra a Defensoria Pública e me chamaram, que eu precisava buscar no 1º Cartório. Olha, foi um sacrifício para eu conseguir esse documento lá dentro, eles não queriam me dar. No 4º Cartório eu não consegui, a advogada da Defensoria teve que fazer uma busca. Aqui está tudo detalhado, todos os pedaços. Então, o pedacinho do Dr. Júlio André era 50, dentro de 75. É um pedacinho mínimo, e ele foi predominando também. Ele predominou a área. E agora está solicitando oito hectares, querendo tirar todo mundo. Se vocês lerem esse documento, vocês vão entender. Aqui estão todos os herdeiros, detalhados, que eles fizeram em 1997. Em 1997, eles mexeram lá no cartório, e detalharam todo ele, fizeram uma divisão. Uma boa noite para vocês, eu estou junto de vocês, ou vivemos abraçados ou morremos abraçados, mas eu estou junto de vocês sempre. E vamos comunicar os nossos vizinhos para virem, isso aqui, hoje, era para estar superlotado. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Antônio. Essas informações, esses documentos, todos foram entregues no Ministério Público, porque são ganhos importantes da história de vocês.

O Ver. Dr. Raul Torelly está com a palavra.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Boa-noite a todos, eu quero cumprimentar aqui o pessoal da AMAPP, que conhecemos há tantos anos, o Manuelzinho, a Presidente, todos vocês, em especial a comissão, que se mobilizou desde o primeiro momento na luta. Eu vejo aqui uma guerreira forte na minha frente, sabemos das dificuldades pelas quais tu passaste até chegar nesta Audiência Pública, porque, na realidade, esta Audiência Pública, por si só, já é uma conquista da comunidade, vocês tiveram que andar para chegar aqui. E nós temos aqui muitos Vereadores, o que não é comum, e todos no mesmo sentido, no sentido de ajudar numa situação difícil. Eu vejo que nós temos aqui várias linhas, e pessoas experientes que falaram aqui, como o próprio Ver. Tessaro, que já dirigiu o DEMHAB, e o pessoal todo da Prefeitura. Então, sabemos que nós temos uma questão judicial clara, e uma parceria com a Prefeitura, mais forte, que precisa ser mais ágil, mais rápida, em todos níveis, para que possamos constituir bem essa questão. E precisamos sair daqui com um grupo de trabalho, sim, como falou o Ver. Marcantônio, mas também com um indicativo de prazo, de que as pessoas não fiquem angustiadas por um bom tempo. Pelo o que foi falado aqui, eu não sou advogado, mas existem mecanismos judiciais para que se tenha um prazo. O Ver. Tessaro é advogado e também sabe disso, via processual. Precisamos ter uma ação processual firme, forte, e uma ação política também no sentido de tudo que foi falado aqui, e foi falado aqui em desapropriação, que é uma das alternativas importantes. Foi falado em cooperativa, que já foi descartado por todos, eu também acredito que não é a solução, justamente porque as cooperativas se formam quando as pessoas estão buscando alguma coisa, e aqui temos moradores de muitos anos. Nós temos pessoas aqui há mais 30 anos fixadas em residências firmes, construídas. Nós não estamos falando de tirar a pessoa do lado de um esgoto a céu aberto, nós estamos falando... Isso também existe, botar uma pessoa para viver em outro ambiente. As pessoas já vivem, tem as suas famílias aqui.

O que eu acho importante, é que foi falado aqui no Ministério Público, na questão judicial, na questão da Prefeitura, e nós temos que nos unir para fazer isso o mais rápido possível, para que a comunidade não fique sujeita a qualquer intervenção brusca, de um momento para outro, que é o que estamos tentando evitar. Boa-noite a todos, podem contar, com certeza, conosco. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Charles Freitas está com a palavra.

O SR. CHARLES FREITAS: Boa-noite a todos. Moro na Rua Modesto Franco, no Passo das Pedras, faz mais ou menos dois anos, e vou dizer para vocês, assim: eu nem ia vir aqui na frente falar, mas dois motivos me fizeram reconsiderar. Primeiro, aquela faixa ali que está totalmente errada – 30 anos. Eu tenho um documento aqui: Registro de Imóveis da 1ª Zona, 23 de julho de 1956. Acho que, pelos cálculos, são 55 anos do primeiro proprietário, Sr. Horácio Cândido, que deixou para o filho dele, Leopoldo Cândido, que deixou para a viúva, que tem uma procuração, que deixou para o Sr. Vilmar Borba, do qual comprei a terra. Então, assim: o caro morou lá 55 anos, eu vim, comprei dele, e vai me dizer que vou ter que entrar na cooperativa e pagar tudo de novo só porque não foi registrado IPTU? Vamos parar por aí, né?! (Palmas.)

E outra: acho que é muito blablablá, blablablá, o Vereador fala isso, o Deputado fala aquilo... O Governador não atendeu a gente, o Prefeito não atendeu a gente; havia aquele Cadastro de Imóvel Único ali: “Ah, vamos fazer o Cadastro Único”. Não vieram no dia 18, um sábado. Meu irmão faltou à faculdade, não vai ao emprego para vir aqui se cadastrar e aí, cadê? Cadê eles? Onde estão?

Não sou eu que estou dizendo, é a Constituição que diz, quando fala dos direitos e deveres individuais e coletivos, no art. 5º, que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros a inviolabilidade do direito à vida – que é o maior bem -, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim, somos moradores, e cadê o nosso direito de propriedade? Moro ali há dois anos, o Vilmar morou 40 anos, outro morou 55, faz 55 anos que há esse registro, e aí vem um tal de Julio André que eu nem sei quem é dizer que vai despejar! Quem sabe o cara até morto é! Acho que morto não tem direito a nada, morto não existe. (Palmas.)

Obrigado pelas palmas, pessoal, mas eu acho que a Constituição está aqui, não é o Charles que está falando, não é aquele senhor castelhano que falou que temos que nos unir. Acho que todo o mundo tem direito, moro ali, paguei, é meu! Ah, eu não pago IPTU, não sei o quê... Cara, eu tenho um registro aqui de 1956, é só isso que eu tenho para falar. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem! Gente, nós já temos aqui muitos encaminhamentos. Como é que vou encaminhar a Reunião? Todos nós que estamos aqui, Vereadores, não íamos nos deslocar para dizer a vocês que não tem saída. Nós todos acreditamos que o direito é de vocês, vocês estão morando na terra, e que não será uma ação jurídica que vai roubar esse direito, porque há uma Constituição acima das leis menores. O que nós tiramos aqui de encaminhamento? Vou fazer a organização, e, se precisar, nós melhoramos aqui.

Primeiro, a providência que já era para ter acontecido, o levantamento social que a FASC vai fazer na comunidade. A proposta é que faça na comunidade – pode ser, Secretário? Então, será dia 2 de julho, aqui na comunidade, e todos os moradores serão identificados. De casa em casa, ou na associação? A proposta é de casa em casa, o Secretário vai levar para a FASC...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Está bem, ótimo! E um cadastramento completo e social. Não é certo?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem, será com o acompanhamento da comunidade. Então, fica encaminhado esse primeiro ponto.

Segundo ponto que acho que é fundamental e urgente e que foi proposto aqui: que a Prefeitura se manifeste no processo, que entre no processo e peça suspensão – proposta do Ver. Nelcir Tessaro –, porque a Defensoria está defendendo, tem advogado da comunidade, o Ministério Público está pedindo informação. Então, a Prefeitura tem que se manifestar formalmente e dizer: “Nós estamos trabalhando alternativas com a comunidade, estanque a integração de posse”. Essa é a proposta, certo?

Terceiro: que a Prefeitura decrete de utilidade pública esse terreno onde estão todos os moradores. (Palmas.) Então, nós vamos encaminhar ao Prefeito, como foi sugerido. Se a Prefeitura encontrar dificuldade – já consultamos aqui o nosso Assessor Jurídico, o Luiz Afonso –, a Câmara constrói o Decreto. Então, nós vamos trabalhar nesse sentido,

trabalhando junto, e aí a quarta proposta ao grupo de trabalho, que, de alguma maneira, já está instalado, que é a Comissão de Moradoras que nos procurou; a Associação pode se integrar. Os Vereadores estão sendo comunicados das reuniões; nem todos podem ir, às vezes vai um, vai outro, dois seguram, porque nós estamos fazendo várias agendas; e a Prefeitura, grupo de trabalho junto à Governança, porque é muito importante a atuação da Governança. Pode não ter agradado, mas está junto aqui, está nos ouvindo, e vamos manter com a Prefeitura, porque ela tem responsabilidade de respaldar e tem que dar passos junto conosco. Instalamos o grupo de trabalho.

E mais: que a Prefeitura acione os proprietários em relação ao pagamento do IPTU – não para que eles paguem, mas que já os notifique. Não sei se isso ajuda, mas vai para o grupo de trabalho, para ver se é a melhor tática. Quanto ao tema da dívida – e aí a minha sugestão -, já que tem o tema do sigilo, que não se pode sair divulgando quanto deve cada pessoa, que o Ministério Público solicite formalmente à Prefeitura as informações sobre o IPTU da área.

Podemos encaminhar assim? Porque daí as informações vão para o processo.

Audiência Pública no Ministério Público chamando todos os envolvidos. Isso o Ministério Público diz que vai fazer; acho que é o momento de chamar a Juíza e dizer que eles estão atuando no caso.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Está bem. Acho que, sobre a solicitação da troca, a gente tem uma proposta: de troca de juíza. Quem é que pode solicitar isso, advogada? Então, agora a Mesa complementa os encaminhamentos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Uma guerra com o Judiciário. Vamos avaliar.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Está. Então, primeiro, nós vamos pedir para a Prefeitura, Secretário...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Não, não é pedir a mudança de juíza; é aquele ato de a Prefeitura entrar e pedir que se suspenda a reintegração porque ela está sendo discutida – é esse o pedido. Complementos de encaminhamentos aqui da Mesa, agora, para ouvirmos mais sugestões.

A Sra. Maria Eloá Gehlen está com a palavra.

A SRA. MARIA ELOÁ GEHLEN: Pessoal, só um complemento: se for necessário – se for necessário; se guarda uma carta na manga –, a gente pode pedir a suspensão da Juíza. Se for necessário – eu coloco em votação também –, que os moradores façam uma representação para o Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, porque os juízes têm medo que vá para o Conselho Nacional de Justiça, que aí tu vais reclamar para os patrões da Juíza. Mas tudo isso se for necessário; exaurida a negociação é que se iria para os “finalmentes” mais drásticos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Temos um recurso.

A Sra. Lilian está com a palavra.

A SRA. LILIAN MARIA DE SOUZA PEREIRA: Quero fazer dois apelos. Um, à comunidade, pessoal – é a segunda vez que fazemos uma reunião, e tem tanta gente, quem participa sempre sabe disto: quero pedir que a comunidade continue unida, continue vindo às reuniões porque é muito importante que nós tenhamos força. Vamos mostrar que a comunidade está aí para vencer. A outra é aos governantes e Vereadores. Eu espero, gente... Nós já tivemos outras reuniões, em novembro, em que coisas foram acordadas, foram ditas, estão em ata e não foram cumpridas. Quando isso foi cobrado dessas pessoas, o que me foi dito? “A comunidade não nos procurou.” Não foi uma verdade, a comunidade – eu estava direto ligando, eu estava direto em cima, correndo, junto com a Márcia, mas eles me disseram que não, que foi uma falha da comunidade.

Então, vêm acontecendo várias coisas; eu espero que, desta vez, a comunidade não precise cobrar, a comunidade não precise correr atrás, que aqui se comprometam e cumpram, façam, não digam depois “ninguém nos procurou”. É isto o que eu espero de todos os que estão aqui, governantes, Vereadores, etc. e tal: que realmente se comprometam, que não venham aqui, nos “vaselinem”, passem a mão sobre a nossa cabeça, saiam daqui, vão dormir nas suas casas e esqueçam que nós existimos, que foi o que aconteceu no ano passado. Por isso, esta reunião que está acontecendo, esta Audiência Pública, muitos aqui sabem (Palmas.), ela já devia ter acontecido há muito tempo. Eu não vou falar, não vou dizer, não vou citar nomes, mas as pessoas aqui sabem quem deve “botar o chapéu na cabeça” e sabem que esta Audiência Pública nos foi prometida – quem esteve aqui em setembro sabe – para o ano passado, e ela não ocorreu, está ocorrendo hoje. Espero que não precisemos estar correndo atrás dessas pessoas feitos loucos. Que elas cumpram o que aqui nos prometeram. Muito obrigada, pessoal. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Tenho certeza de que falo em nome de todos os Vereadores e de que estaremos juntos nesta luta até a vitória.

O Secretário Marcos Botelho está com a palavra.

O SR. MARCOS BOTELHO: Só quero deixar registrado que são propostas de encaminhamento e que a Prefeitura, neste momento, não tem como se comprometer e vai avaliar cada proposta – só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Com a FASC, está tudo certo, ela vai fazer o cadastramento; com o Grupo de Trabalho, também está tudo certo.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O que não tem acordo é a suspensão do processo judicial. Procuradoria do Município, não pode fazer uma manifestação dentro do processo dizendo que a Prefeitura está mediando o conflito e que estanque...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Está. Vai ser encaminhada ao Prefeito essa solicitação, está bem? (Palmas.)

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Só um pouquinho, gente, não vamos bagunçar no final, que está indo tudo bem.

O Sr. Manuel está com a palavra.

O SR. MANUEL ALBERTO TAVARES DE AZEVEDO: Sou vice-presidente do Conselho Deliberativo da Associação do Passo das Pedras. Eu gostaria que a Procuradora do Município, quando fosse até o Prefeito, nos levasse junto. Só isso. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Manuel está acrescentando que o Prefeito receba uma comissão de moradores – é essa a proposta. (Palmas.) Está bem? Então, o Secretário e a Procuradora já levam esta demanda ao Prefeito.

O Sr. Adelar Marques está com a palavra.

O SR. ADELAR MARQUES: Boa-noite a todos! Eu represento um (Ininteligível.) único, sou da FASC. Então, vamos ficar acordados que, no dia 2, sábado, será nas residências (Inaudível.), e para o CRAS seria melhor, mas eu me prontifico a ir nas residências, tudo bem com a equipe. Eu vou deixar a documentação, os papezinhos, porque eu preciso para fazer o cadastro. O cadastro é um pouquinho demorado. Não é só para o Minha Casa, Minha Vida, é para outros programas, tanto municipais, como federais. Então está acordado. No papel, está como se fosse o CRAS. Então não vale locar o CRAS, vale na comunidade, mas a documentação é o que está valendo. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Nós pedimos à associação de moradores e à comissão que façam uma grande informação na comunidade, para ter plantão em todas as moradias. Por favor, qual o horário em que a FASC estará na comunidade?

O SR. ADELAR MARQUES: Ficou combinado das 8 às 13 horas, porque eu tenho uma noção de que será uma equipe grande, só que não vai valer esse horário, pode passar; vai depender de a documentação estar na hora, para adiantarmos. Vai depender de vocês nos ajudarem também, porque é um pouco demorado, vai ter que ter paciência, é em torno de umas trezentas perguntas. Então, não tem como dizer o horário certo. Eu vou levar o máximo possível da equipe.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Antes de passar a palavra para a Presidente da Associação, que vai falar por último, quero só dizer que a Câmara vai fazer um ofício amanhã à Juíza, pedindo que ela suspenda o processo de reintegração, porque há um processo de negociação, e falando de todos os pontos que decidimos aqui. (Palmas.)
A Sra. Vera Maria Correa Barreto está com a palavra.

A SRA. VERA MARIA CORREA BARRETO: Boa-noite a todos. Quero agradecer a esses valorosos Vereadores que estão presentes na nossa Audiência. Muito obrigada. Foi através de muitos “não, Lilian” que nós conseguimos chegar até aqui. Nós não chegamos aqui e lotamos a associação com todas as pessoas que têm direito a moradia na Constituição por um nada, nós chegamos aqui porque fomos à luta, saímos em busca daquilo que sonhamos. Todo mundo que tem um sonho sempre recebe na vida muitos não, e nós recebemos muitos não em vários órgãos da Prefeitura. Muito obrigado a vocês que vieram representando o Poder Público! Muito obrigada, apesar de não trazerem as respostas que esperávamos, mas nós agradecemos e vamos à luta. Eu quero convocar todos vocês a, caso o Prefeito se negar a nos receber, ir para a frente da Prefeitura, porque as mulheres guerreiras do Passo das Pedras não vão se entregar por um não do Prefeito! Ele há de se dobrar perante a nossa comunidade, ele há de se consternar: “Como que essas famílias vão ser despejadas?” Eu confio nele, eu tenho certeza de que nós vamos conseguir. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Parabéns pela belíssima reunião e obrigada ao conjunto dos Vereadores que honraram a Câmara estando presentes neste momento.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 21JUN2011

Pauta: Debater o direito à moradia na comunidade do bairro Jardim Passo das Pedras.

Parabéns a cada um de vocês, e vamos até a vitória! Obrigada pela presença do Governo. Boa-noite a todos! Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h40min.)